

A LINGUAGEM COMO EXPERIÊNCIA HUMANA: O ESTUDO DE GRAMÁTICA NUMA PERSPECTIVA ENUNCIATIVA

Vera Helena Dentee de Mello¹

verahdm@unisinós.br

RESUMO: Este artigo apresenta uma proposta de estudo de gramática que leve em conta a relação existente entre a forma e o sentido. O objeto de análise é um artigo de opinião publicado no jornal Zero Hora, no qual serão contemplados os recursos linguísticos e o arranjo sintático (sintagmatização) de que se vale o locutor para a produção de sentidos (semantização). O referencial teórico que ancora a análise é a Teoria da Enunciação de Émile Benveniste, segundo a qual o locutor, ao enunciar-se, apropria-se do aparelho formal da língua e configura um aparelho formal da enunciação, singular em cada instância discursiva. Esse exercício de análise permite concluir que um estudo de gramática pertinente para a vida do aluno deve ser realizado pelo viés do sentido, intimamente ligado à forma.

Palavras-chave: enunciação; intersubjetividade; gramática; sintagmatização-semantização.

1. INTRODUÇÃO

Se perguntássemos a professores de Língua Portuguesa qual o objetivo de suas aulas, provavelmente, a maior parte deles responderia que é o aprimoramento da competência comunicativa dos alunos. Para concretizar esse objetivo, muitos professores têm a convicção de que devem trabalhar a língua em funcionamento, que se materializa por meio de textos. Essa certeza, no entanto, suscita algumas dúvidas: (1) o estudo de gramática deve, conseqüentemente, ser erradicado das aulas de língua materna? (2) como se pode abordar a gramática numa perspectiva não meramente normativa?

Ao lado de professores que buscam respostas a essas indagações, ainda há, infelizmente, professores que priorizam a estéril exercitação de metalinguagem no estudo da gramática, vista como um fim em si mesma, divorciada de qualquer instância discursiva. Na

¹ Doutora em Letras pela UFRGS. Professora dos Cursos de Letras e de Direito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS) e das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT).

estrutura de alguns livros didáticos, ainda se verifica a dissociação entre gramática e texto, sendo o estudo da gramática e o estudo de texto apresentados em diferentes seções. Há livros que apresentam seções intituladas “a gramática no texto”, mas as atividades propostas (como, por exemplo, *indique as circunstâncias expressas pelos adjuntos adverbiais extraídos do texto*) denunciam que o texto é usado somente como “depósito” de palavras ou de estruturas que devem ser etiquetadas. Sabe-se que muitos professores adotam o livro didático como principal (se não o único) referencial teórico-prático em suas aulas. Se o livro didático utilizado como ferramenta única pelo professor focaliza a forma em detrimento do sentido, os alunos entenderão que o estudo de gramática consiste em um enfadonho exercício de identificação e rotulação de palavras e orações.

Diante desse cenário, repetimos a questão que muitos estudiosos e professores certamente já formularam: para que serve o estudo da gramática? Para reconhecer e distinguir classes de palavras e funções sintáticas? Se é esta a função desse estudo, basta “treinar” os alunos com muitos exercícios de identificação e de classificação. Entretanto, se pretendemos que nossos alunos se tornem usuários competentes da língua, nossa concepção de gramática e, conseqüentemente, nossa atuação pedagógica devem ser repensadas.

Inicialmente, é preciso levar em conta que há uma estreita relação entre o estudo de gramática e o estudo de texto, pois é no uso que os recursos pertencentes ao sistema formal da língua assumem uma significação particular. Nessa concepção, não se pode perder de vista que, toda vez que o locutor faz uso da língua, ele instaura diante de si um alocutário e instancia seu discurso em determinado lugar e tempo.

Como suporte teórico, valemo-nos da Teoria da Enunciação² de Émile Benveniste, mais especificamente, das reflexões desse autor em um artigo publicado em *Problemas de linguística geral I* (doravante PLGI) – *Os níveis de análise linguística*³ – e em dois artigos presentes em *Problemas de linguística geral II* (doravante PLGII) – *A forma e o sentido na linguagem*⁴ e *O aparelho formal da enunciação*⁵. A fim de elucidar algumas noções presentes nesses artigos, recorreremos também às contribuições de estudiosos da linguística proposta por Benveniste. Consoante essa teoria, forma e sentido convivem no uso da língua, sendo a semantização decorrente da sintagmatização empreendida pelo locutor. Assim, apresentamos,

² Conforme afirma Flores (2013), a expressão *Teoria da Enunciação* não é usada por Benveniste, mas cunhada pelos leitores de *Problemas de Linguística Geral I e II*. Não se pode, pois, imputar a Benveniste o propósito de elaborar uma teoria da enunciação. Além disso, o autor não propõe, explicitamente, um modelo teórico-metodológico acabado.

³ Publicado pela primeira vez em 1964.

⁴ Publicado pela primeira vez em 1967.

⁵ Publicado pela primeira vez em 1970.

neste artigo, uma proposta de estudo de gramática que leve em conta o sentido produzido pelo locutor por meio da escolha de determinadas formas linguísticas e do arranjo sintagmático de tais formas.

Cabe esclarecer que, quando usamos o termo *gramática*, referimo-nos aos arranjos linguísticos que o locutor empreende quando faz uso da língua, tanto em níveis microestruturais como em níveis macroestruturais. Em outras palavras, a concepção de gramática, numa perspectiva enunciativa, implica levar em conta as formas linguísticas mobilizadas pelo locutor quando coloca a língua em funcionamento, em determinado tempo e espaço, e os efeitos de sentido que tais formas produzem.

Seguiremos o seguinte percurso neste artigo: após a introdução, apresentamos algumas reflexões de Benveniste sobre a relação forma-sentido e o aparelho formal da enunciação e explicitamos conceitos intimamente relacionados a essas duas grandes noções. Em seguida, procedemos a uma breve análise de um artigo de opinião, em que buscamos mostrar como se pode fazer um estudo de gramática sob o viés enunciativo. Por fim, tecemos algumas considerações acerca das contribuições da Teoria da Enunciação benvenistiana ao ensino de gramática.

2. ALGUMAS NOÇÕES BASILARES DA TEORIA DA ENUNCIÇÃO DE BENVENISTE

Neste item, apresentamos algumas noções fundantes da teoria de Émile Benveniste, as quais são relevantes para um ensino de língua materna que conceba a gramática não como um conjunto de regras e de nomenclaturas a serem memorizadas, mas como um meio para a promoção de sentidos.

2.1. FORMA E SENTIDO

As noções de forma e sentido, concebidas por Benveniste como estreitamente vinculadas em toda a extensão da língua, serão contempladas, especialmente, em dois de seus artigos, apresentados em ordem cronológica, considerando a data da primeira publicação: *Os níveis da análise linguística* (1964) e *A forma e o sentido na linguagem* (1967). Relacionados a esses conceitos, vislumbram-se as noções de frase, referência e sintagmatização, também basilares na teoria benvenistiana.

No texto *Os níveis da análise linguística* (2005), Benveniste observa que a noção de nível parece central para a determinação do procedimento de análise. E acrescenta que “só ela

é própria para fazer justiça à natureza articulada da linguagem e ao caráter discreto dos seus elementos; só ela pode fazer-nos reconhecer, na complexidade das formas, a arquitetura singular das partes e do todo”. (PLGI, 2005: 127).

Benveniste estabelece duas operações que irão delimitar os elementos através das relações que os unem. São elas a segmentação e a substituição. Na primeira operação, o texto, independentemente de sua extensão, deve ser segmentado em porções cada vez menores até chegar aos elementos que não são decomponíveis. A distribuição, por sua vez, implica uma relação sintagmática (relação do elemento analisado com outros elementos presentes na mesma porção do enunciado) e uma relação paradigmática (relação do elemento com outros elementos não presentes no enunciado, passíveis de substituição e que poderiam substituí-lo).

Segundo o linguista, os merismas (traços distintivos dos fonemas) são somente substituíveis: por não serem segmentáveis, não podem formar classes sintagmáticas; mas, por serem substituíveis, constituem classes paradigmáticas. Os dois níveis inferiores de análise são, pois, o fonemático (dos fonemas) e o hipofonemático (dos merismas). Benveniste sublinha que, para obter status linguístico, as unidades de todos os níveis devem preencher uma condição: ter sentido. O sentido é, pois, na visão benvenistiana, uma condição indispensável na análise linguística.

A condição essencial para a definição de uma unidade linguística é sua integração em uma unidade mais alta. As unidades de determinado nível distribuem-se nesse nível, constituindo-o, e, ao mesmo tempo, integram um nível superior. A capacidade de integração em um nível mais alto concerne ao sentido, enquanto a capacidade de distribuição dentro do mesmo nível tange à forma.

O nível linguístico mais elevado, segundo Benveniste, é ocupado pela frase, que, embora comporte constituintes, não pode integrar nenhuma unidade mais alta. A frase é definida pelos seus constituintes, enquanto o merisma (unidade inferior) somente se define como integrante. O autor, ao concluir que o princípio que governa a distinção entre constituinte e integrante é a relação forma-sentido, observa que muitos linguistas tentam, em vão, evitar, ignorar ou expulsar o sentido em suas análises: “É inútil: essa cabeça de Medusa está sempre aí, no centro da língua, fascinando os que a contemplam”. (p. 135) Assim como Perseu⁶, Benveniste lida habilmente com essa “cabeça de Medusa”, o sentido, sempre o relacionando à forma: “Benveniste encarrega o sentido de dar a ‘razão’ das formas”. (Normand, 2009: 101, grifo da autora).

⁶ Perseu, na mitologia grega, foi o herói que decapitou a Medusa, mulher que, em lugar dos cabelos, tinha cobras na cabeça e cujo olhar petrificava todos os que a contemplassem.

Benveniste argumenta que “forma e sentido devem definir-se um pelo outro e devem articular-se juntos em toda a extensão da língua” (PLGI, 2005: 135). Segundo ele, a dissociação em constituintes leva à constituição formal, ao passo que a integração leva às unidades significantes.

O autor assim concebe as noções de forma e o sentido:

A forma de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de dissociar-se em constituintes de nível inferior. O sentido de uma unidade linguística define-se como a sua capacidade de integrar uma unidade de nível superior. Forma e sentido aparecem assim como propriedades conjuntas, dadas necessária e simultaneamente, inseparáveis no funcionamento da língua. As suas relações mútuas revelam-se na estrutura dos níveis linguísticos, percorridos pelas operações descendentes e ascendentes da análise e graças à natureza articulada da linguagem. (PLGI, 2005: 135-136).

Flores (2008) explica que o sentido é relativo à enunciação, é relativo a uma “ideia” expressa por um locutor. Sentido, então, é relativo à frase, à unidade do discurso, pois somente na frase o signo, transformado em palavra, exprime um sentido, relativo à atribuição de referência, sentido que é manifestado por inter-relações entre palavras que constituem o enunciado.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, que registra uma conferência de Benveniste dirigida a filósofos, o linguista complexifica as relações entre forma e sentido. Segundo ele, forma e sentido nos níveis semiótico e semântico cumprem o papel de instaurar “na língua uma divisão fundamental, em tudo diferente daquela que Saussure tentou instaurar entre língua e fala” (PLGII, 1989: 229). Esses dois níveis – semiótico e semântico – se superpõem na língua.

O autor comenta que, nas obras que tratam de semântica, “as manifestações de *sentido* parecem tão livres, fugidias, imprevisíveis, quanto são concretos, definidos e descritíveis os aspectos da *forma*”. (PLGII, 1989: 221, grifos do autor). Ele afirma, então, que pretende, do lugar de linguista, situando-se no domínio da linguagem comum, explicitar estas “noções gêmeas de sentido e de forma”. (PLGII, 1989: 221). Cabe destacar aqui a expressão “noções gêmeas”, que ratifica a ideia, já defendida no texto *Os níveis da análise linguística*, de que forma e sentido nascem juntos e articulam-se no funcionamento da língua.

Inicialmente, o linguista assim distingue forma e sentido:

Numa primeira aproximação, o sentido é a noção implicada pelo termo mesmo da língua como conjunto de procedimentos de comunicação identicamente compreendidos por um conjunto de **locutores**; e a forma é, do ponto de vista

linguístico (diferentemente do ponto de vista dos lógicos⁷), ou a matéria dos elementos linguísticos quando o sentido é excluído ou o arranjo formal destes elementos no nível linguístico ao qual pertencem⁸. (PLGII, 1989: 222, grifo nosso).

Dessa citação depreende-se que, para Benveniste, o sentido é promovido pelo locutor na língua em funcionamento, por meio de um conjunto de recursos e estratégias mobilizados no ato comunicativo, compreendidos pelos interlocutores. É enfatizada aqui a natureza dialógica da língua em emprego e em ação. A forma, por sua vez, é concebida como significante ou como organização sintática.

Benveniste afirma que não é possível estabelecer uma oposição entre forma e sentido, pois, no funcionamento da língua, ambos se unem para criar a linguagem. Segundo ele, a função primordial da linguagem, sem a qual não haveria a sociedade, nem a possibilidade de humanidade, é, antes de tudo, significar.

O autor adota a posição de Saussure de que a língua é um sistema de signos. Mas pretende ultrapassar Saussure, afirmando que o signo linguístico não diz tudo a respeito da língua. Propõe, então, duas maneiras de ser língua, denominadas por ele *semiótica* e *semântica*. Em suas palavras,

Tudo o que é do domínio do semiótico tem por critério necessário e suficiente que se possa identificá-lo no interior e no uso da língua. Cada signo entra numa rede de relações e de oposições com os outros signos que o definem, que o delimitam no interior da língua. Quem diz “semiótico” diz “intralinguístico”. Cada signo tem de próprio o que o distingue dos outros signos. Ser distintivo e ser significativo é a mesma coisa. (PLGII, 1989: 227-228, grifos do autor).

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (PLGII, 1989: 229).

Na definição do domínio semiótico, observa-se que Benveniste enfatiza o aspecto distintivo das formas, na esfera das relações paradigmáticas. Ao definir a ordem semântica, o autor a situa no domínio do discurso, da língua em funcionamento, em que se verificam as relações sintagmáticas. Cabe destacar, ainda, que Benveniste dá relevo aos atos de linguagem

⁷ No artigo traduzido para o português, lê-se: (a bem dizer do ponto de vista dos lógicos). Essa tradução não é fiel ao texto original (PLGII, 1974: 217), em que se lê: (à bien distinguer du point de vue des logiciens). Por isso, tomamos a liberdade de adequá-la ao texto-base.

⁸ Na tradução para o português, em lugar de “no nível linguístico ao qual pertencem, lê-se “ao nível linguístico relevante”. Essa tradução também contraria o teor do texto original (PLGII, 1974: 217), que é assim expresso: “au niveau linguistique dont il releve”. Por isso, tomamos a liberdade de modificá-la.

ou de fala que o locutor instaura ao dirigir-se a seu interlocutor, agindo sobre ele ao enunciar-se.

Relacionada à noção de sentido, isto é, situada no domínio semântico, temos a frase, noção a ser explicitada a seguir, em seção à parte, tendo em vista que esse conceito distancia-se do conceito de frase da sintaxe tradicional ou gerativa, pois Benveniste a situa no discurso.

2.2.1 A FRASE

Conforme já mencionamos anteriormente, Benveniste, em *Os níveis da análise linguística*, considera a frase o limite superior dos níveis linguísticos. Ele explica que a frase só se define pelos seus constituintes, pois não integra nenhum nível superior. A frase, segundo o autor, situa-se num nível que se distingue dos demais níveis linguísticos, isto é, não representa “simplesmente um degrau a mais na extensão do segmento considerado”. (PLGI, 2005: 137).

As afirmações de Benveniste de que “uma frase não pode servir de integrante a outro tipo de unidade” (PLGI, 2005: 137) e de que a frase é “um segmento do discurso” (PLGI, 2005:139) parecem, à primeira vista, contraditórias, pois ser segmento de uma unidade e ser integrante dessa unidade parece dizer a mesma coisa. Aya Ono (2007) explica que essa contradição é apenas aparente:

Duas dimensões se recobrem na concepção benvenistiana de frase. De um lado, uma dimensão formal, em que a frase é considerada como uma unidade discreta, segmento de discurso; de outro lado, uma dimensão de atualização, na qual ela é concebida como a língua em ação, em consequência, cada vez particular e inclassificável. Certamente, a frase já é tradicionalmente definida como uma sequência de palavras e como um segmento de discurso, mas Benveniste introduz em sua definição uma nova dimensão, a da língua em ação. (Ono, 2007: 61-62 - tradução nossa).

Assim, quanto a seu aspecto formal, a frase pode ser concebida como integrante do discurso, mas, como expressão semântica, situada na dimensão da língua em funcionamento, ela é sempre singular, relativa a *eu-tu-aqui-agora*. Flores et al. (2008: 68) sublinham: “a frase é sempre nova e não repetível.”

Embora contemple a frase em sua dimensão formal, a definição que Benveniste destaca em *Os níveis da análise linguística* é a da frase como atualização. Isso se constata nas seguintes afirmações:

1. A frase, criação indefinida, variedade sem limite, é a própria vida da linguagem em ação. (PLGI, 2005: 139).

2. A frase pertence bem ao discurso. É por aí mesmo que se pode defini-la: a frase é a unidade do discurso. (PLGI, 2005: 139).

3. Ora, essas três modalidades [assertiva, interrogativa, imperativa] apenas refletem os três comportamentos fundamentais do homem falando e agindo pelo discurso sobre o seu interlocutor: quer transmitir-lhe um elemento de conhecimento, ou obter dele uma informação, ou dar-lhe uma ordem. Essas são as três funções interumanas do discurso que se imprimem nas três modalidades da unidade de frase, correspondendo cada uma a uma atitude do locutor. (PLGI, 2005: 139).

4. É, porém, uma unidade completa, que traz ao mesmo tempo sentido e referência: sentido porque é enformada de significação, e referência porque se refere a uma determinada situação. Os que se comunicam têm justamente isso em comum, uma certa referência de situação, sem a qual a comunicação como tal não se opera, sendo inteligível o “sentido”, mas permanecendo desconhecida a “referência”. (PLGI, 2005: 139-140).

5. É no discurso atualizado em frases que a língua se forma e se configura. Aí começa a linguagem. (PLGI, 2005: 140).

A afirmação de que a frase é “uma variedade sem limite” autoriza-nos a sustentar que ela pode abarcar porções pequenas ou extensas de texto ou coincidir com o próprio texto. Ao usar a expressão “própria vida da linguagem em ação”, Benveniste aproxima a noção de frase da noção de enunciação ou de discurso. Dessons (2006) afirma que é significativo o fato de a frase ser abordada a partir do ponto de vista pragmático da enunciação. Segundo ele, “a frase aparece, assim, como a manifestação do empírico da linguagem, o que Benveniste exprime pela ideia de *criação*” (Dessons, 2006: 63, grifo do autor, tradução nossa) em sua definição.

Ao definir a frase como unidade do discurso, Benveniste defende a ideia de que a frase pode ser concebida como “unidade de uma linguística do discurso em oposição a partes do discurso, unidades tradicionais da gramática, ligadas a um valor lógico do discurso”, conforme explica Dessons (2006: 64, tradução nossa). Dessons acrescenta que a definição de frase como segmento do discurso faz da frase uma unidade relevante “de um sistema não apriorístico, não geral, cada vez histórico, singular” (Dessons, 2006: 64, tradução nossa). Se a frase é concebida como unidade do discurso, é o discurso que faz a frase, e não o contrário.

Relacionando o conceito de frase às três principais modalidades, Benveniste também dá relevo à língua em ação, por meio da qual o locutor age sobre o interlocutor. Cabe sublinhar as expressões “funções interumanas do discurso” e “atitude do locutor”, que evidenciam a relação da frase com a intersubjetividade, que se observa na interação verbal entre parceiros da comunicação, isto é, seu aspecto pragmático.

Ao dizer que a frase comporta sentido e referência, Benveniste chama atenção para o fato de que esta, além de exprimir uma ideia, remete a determinada instância ou situação discursiva. Aparece aí, em segundo plano, a primeira definição de referência.

Na afirmação 5, Benveniste focaliza o papel da frase na conversão da língua em discurso. Segundo ele, a partir dessa conversão ou atualização, surge a linguagem.

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste distingue o signo, que tem valor genérico e conceptual, da frase, que assume sempre um sentido singular. Nas palavras do autor, “o signo e a frase são dois mundos distintos e que exigem descrições distintas” (PLGII, 1989: 229). De acordo com ele, há, na língua, dois domínios do sentido e da forma: a língua como semiótica e a língua como semântica. No primeiro domínio, situa-se o signo; no segundo, a frase. O foco agora não é mais o significado do signo, mas o intentado (*intenté*), aquilo que o locutor quer dizer.

Neste artigo, o linguista acrescenta, às noções de frase apresentadas em *Os níveis de análise linguística*, outras definições que dão relevo à concepção enunciativa da linguagem, compreendendo o discurso como manifestação e constituição da historicidade:

1. Mas e a frase? Qual sua função comunicativa na língua? Afinal, é assim que nos comunicamos: por frases, mesmo que truncadas, embrionárias, incompletas, mas sempre por frases. Está aí, em nossa análise, um ponto crucial. (PLGII, 1989: 228).
2. Ora, a expressão semântica por excelência é a frase. Nós diríamos a frase em geral, sem mesmo distingui-la da proposição, para nos mantermos no essencial, a produção do discurso. Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o **intentado**, do que o locutor quer dizer, da atualização linguística de seu pensamento. (PLGII, 1989: 229, grifo nosso).
3. O sentido da frase é, de fato, a ideia que ela exprime; este sentido se realiza formalmente na língua pela escolha, pelo agenciamento de palavras, por sua organização sintática, pela ação que elas exercem umas sobre as outras. (PLGII, 1989: 230).
4. A frase é então cada vez um **acontecimento** diferente; ela não existe senão no instante em que é proferida e se apaga neste instante; é um acontecimento que desaparece. (PLGII, 1989: 231, grifo nosso).

Nessas afirmações de Benveniste, observa-se que ele situa a frase no domínio da língua em funcionamento, relacionando o conceito de frase ao de discurso. Ao dizer que a frase é um acontecimento evanescente, parece autorizar-nos a ver a frase como a própria enunciação. Cabe frisar que o autor atribui um papel importante à sintagmatização – relação entre as palavras, convivência e conivência entre elas –, por meio da qual se realiza o sentido. Essa noção, intimamente relacionada às noções de frase e de forma-sentido, será enfocada no item a seguir.

2.2.2 A SINTAGMATIZAÇÃO

No artigo *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste relaciona a noção de frase à realização do sistema de signos, à atualização. Nessa realização, o autor afirma terem lugar duas operações, num só movimento: o arranjo sintagmático da frase, ou sintagmatização, que constrói sua forma e seu sentido, e a atualização da língua em discurso.

Nesse artigo, Benveniste elucida a relação entre os domínios semiótico e semântico, ponto-chave para o desenvolvimento de uma análise linguística numa perspectiva enunciativa:

Na base, há o sistema semiótico, organização de signos, segundo o critério da significação, tendo cada um destes signos uma denotação conceptual e incluindo numa subunidade o conjunto de seus substitutos paradigmáticos. Sobre este fundamento semiótico, a língua-discurso constrói uma semântica própria, uma significação intentada, produzida pela **sintagmatização** das palavras, em que cada palavra não retém senão uma pequena parte do valor que tem enquanto signo. (PLGII: 233-234, grifo nosso).

Com essas palavras, o mestre deixa claro que a língua em funcionamento engendra uma semântica própria, decorrente da organização linguística empreendida pelo locutor. Essa semântica, porém, não existe independentemente, mas é erigida sobre o fundamento semiótico. No domínio semiótico, o signo tem um significado genérico, conceptual e, ao se transformar em palavra, na língua-discurso (domínio semântico), assume um sentido particular, que, muitas vezes, distancia-se completamente do valor conceptual como signo.

Para o autor, a sintagmatização está subordinada à (ou a serviço da) semantização: “A partir da ideia, a cada vez particular, o locutor ordena (promove o arranjo de)⁹ palavras que neste emprego têm um ‘sentido’ particular”. (PLGII, 1989: 231).

Aya Ono ratifica esse ponto de vista ao afirmar que, para Benveniste, “a sintagmatização, esse movimento que cria a frase, não é então uma simples combinação de palavras. Essa ação implica toda operação semântica, até mesmo lógica que ocorre no interior da frase”. (Ono, 2007: 69, tradução nossa). Ela acrescenta que, na sintagmatização, “há acordos e desacordos entre as palavras, a fim de criar um arranjo harmonioso e um sentido global” (Ono, 2007: 69, tradução nossa). Em outras palavras, dentro de certa liberdade que possui, o locutor mobiliza itens lexicais e gramaticais, organizando-os em unidades sintagmáticas e dispondo-os numa certa ordem para expressar determinado sentido.

⁹ Em vez de “ordena (promove o arranjo de)”, na tradução do artigo para o português, consta a palavra “agencia”, que não traduz adequadamente a atividade do locutor de organizar as palavras formando a frase, com vistas à produção de sentidos.

Neste artigo, adotaremos a seguinte noção de sintagmatização estendida, proposta em nossa tese de doutorado (2012): seleção e arranjo de palavras e estruturas (em níveis micro e macro do texto) que o locutor promove com vistas à produção de sentidos, numa instância enunciativa sempre inédita. Segundo Flores et al. (2008), “esta ‘sintaxe’ promovida pelo sujeito que atribui referência se ‘molda’ à ‘ideia’, de maneira que o enunciado, singular e único, apresente um ‘arranjo’ também singular e único” (p. 72). Assim, podemos aproximar os pares forma-sentido e sintagmatização-semantização, noções umbilicalmente relacionadas.

2.2.3 A REFERÊNCIA

Em *A forma e o sentido na linguagem*, Benveniste menciona que a frase, além de sentido, tem sempre uma referência particular, assim definida: “o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar” (PLGII, 1989: 231). A referência tem a ver, portanto, com o mundo, mas é um mundo apresentado sob as lentes do locutor.

Ele sublinha: “Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras; esta é uma experiência corrente, que mostra ser a noção de referência essencial” (PLGII, 1989: 231). Nessa citação, Benveniste deixa claro o relevante papel que atribui à referência de uma frase. O sentido de uma junção de palavras (ou arranjo sintagmático) promovida pelo locutor só pode ser plenamente compreendido pelo alocutário se houver um conhecimento partilhado no que se refere às circunstâncias em que o ato de enunciação se concretiza.

Como a referência, intimamente ligada ao sentido, é, de acordo com Benveniste, o conjunto singular de circunstâncias do qual decorre a frase, ela deve ser interpretada em sua singularidade a cada instância discursiva. Distingue-se, pois, do conceito de referência proposto por Frege¹⁰, visto que não remete ao mundo ontológico, mas ao próprio ato enunciativo. Isso quer dizer que a referência não remete à realidade objetiva, mas à realidade discursiva, na qual os colocutores assumem papel nuclear. O “mundo” de que se fala é um mundo filtrado pelo locutor em sua relação com o alocutário; é, por conseguinte, o “mundo dos colocutores”.

¹⁰ No artigo “Sobre o sentido e a referência”, cuja primeira publicação foi em 1892, Frege conceitua referência como “um objeto sensorialmente perceptível” (1978, p. 64). Ele afirma que “a referência de um nome próprio é o próprio objeto que por seu intermédio designamos” (idem, p. 65) e que a referência de uma sentença é seu valor de verdade – circunstância de ser verdadeira ou falsa (idem, p. 69).

O uso da língua se subordina à atribuição de referência: quando o locutor toma a palavra, ele fala de si e do seu mundo, estendendo-o ao mundo do colocutor, cuja existência promove. Flores et al. (2008: 55) afirmam que “eu-tu-aqui-agora é sempre autorreferencial, cada vez único”, ou seja, só tem referência na situação de enunciação. É na e pela enunciação que o “mundo” passa a existir. O mundo de que se fala é o “mundo” daquele que enuncia, sendo extensivo àquele a quem se dirige e situado em determinado espaço e tempo. Em *O aparelho formal da enunciação*, Benveniste reitera que a referência de que fala não remete diretamente ao mundo ao afirmar que “a referência é parte integrante da enunciação” (PLGII, 1989: 84).

Como toda enunciação está submetida à perspectiva do *eu*, ainda que o *eu* fale do mundo, não deixa de falar de si: “a atribuição de referência implica um processo – sintagmatização-semantização, termo que apresenta o sujeito implicado no exercício da língua, dizendo-se e dizendo a situação enunciativa”. (Flores et al., 2008: 73).

2.3 O APARELHO FORMAL DA ENUNCIÇÃO

O artigo *O aparelho formal da enunciação*, publicado pela primeira vez em 1970, é o último texto que trata da enunciação, publicado em vida por Benveniste, considerado pela linguística da enunciação “como um dos pontos de referência mais importantes para a teorização da noção [de enunciação]”. (Ono, 2007: 31, tradução nossa). O texto apresenta uma ideia global do fenômeno enunciativo e focaliza, mais especificamente, os caracteres linguísticos da enunciação.

O autor chama a atenção para o fato de que é consagrado um lugar de destaque ao emprego das formas em todas as descrições linguísticas. O emprego das formas, no entanto, distingue-se do emprego da língua, “um mecanismo total e constante que, de uma maneira ou de outra, afeta a língua inteira”. (PLGII, 1989: 82).

Consoante o autor, não é fácil apreender esse grande fenômeno, que é o emprego da língua. Ele explicita, então, a noção de enunciação, considerando-a “um grande processo que pode ser estudado sob diversos aspectos”. (PLGII, 1989: 82).

2.3.1 ALGUNS ASPECTOS DA ENUNCIÇÃO

Vejamos algumas definições do termo “enunciação”, que sublinham diferentes aspectos desse grande processo:

1. “A enunciação é este colocar em funcionamento a língua por um ato individual de utilização.” (PLGII, 1989: 82).

O adjetivo “individual”, que caracteriza o ato, remete à subjetividade como traço inerente à enunciação, compreendendo-se que todo ato enunciativo emana de um locutor. As expressões “colocar em funcionamento” e “de utilização” indicam que interessa à enunciação a língua em emprego e em ação.

2. “É preciso ter cuidado com a condição específica da enunciação: é o ato mesmo de produzir um enunciado, e não o texto do enunciado, que é nosso objeto.” (PLGII, 1989: 82).

Nessa definição, Benveniste adverte o leitor quanto à distinção entre enunciação e enunciado. Para ele, a enunciação implica a ação de dizer, de produzir um enunciado, ao passo que o enunciado é o produto da enunciação. Sublinhamos que, no original em francês, não há o emprego de vírgulas, o que implica, em nosso entendimento, um sentido diferente daquele expresso no artigo traduzido para o português: “Il faut prendre garde à la condition spécifique de l’enonciation: c’est l’acte même de produire un énoncé et non le texte de l’énoncé qui est notre objet” (Benveniste, 1974: 80). Na tradução para o português, a oração relativa “que é nosso objeto” é apositiva, o que pode levar à leitura equivocada de que nosso objeto é o enunciado. Na versão original, nega-se que nosso objeto seja o enunciado, e afirma-se ser a enunciação, isto é, o ato de produzir um enunciado.

Tendo em vista a versão original, podemos afirmar que, na concepção de Benveniste, estuda-se o próprio ato de enunciação, o qual, por ser um acontecimento evanescente, é resgatado pelos rastros que o locutor deixou quando colocou a língua em funcionamento. Tais rastros, que constituem o *aparelho formal da enunciação*, são observados no *enunciado*.

3. “Este ato [enunciação] é o fato do locutor que mobiliza a língua por sua conta. A relação do locutor com a língua determina os caracteres linguísticos da enunciação.” (PLGII, 1989: 82).

Nessa afirmação, destaca-se a relação do locutor com a língua. Benveniste atribui um papel central ao locutor, como responsável pela enunciação, como aquele que se vale dos recursos da língua para marcar sua presença naquilo que diz.

4. “Toda enunciação é, explícita ou implicitamente, uma alocução, ela postula um alocutário.” (PLGII, 1989: 84).

5. “O que em geral caracteriza a enunciação é a acentuação da relação discursiva com o parceiro, seja este real ou imaginado, individual ou coletivo.” (PLGII, 1989: 87).

Benveniste argumenta que, toda vez que o locutor faz uso da língua, ele instaura o alocutário, pois o dizer sempre implica um dizer a alguém. Esse outro, implantado pelo locutor no momento de sua enunciação, pode estar na presença do locutor (o que se constata geralmente na modalidade oral) ou não estar face a face com o locutor (característica do registro escrito). Um dos elementos centrais do processo enunciativo é, pois, o alocutário (*tu*).

6. “Pode-se, enfim, considerar uma outra abordagem, que consistiria em definir a enunciação no quadro formal de sua realização.” (Benveniste, 1989f: 83).

Nesse aspecto, Benveniste situa os caracteres formais da enunciação, isto é, os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, dos quais se serve o locutor para enunciar-se e influenciar de algum modo seu interlocutor. Tais índices e procedimentos serão explicitados a seguir. Segundo ele, a enunciação caracteriza-se como um “processo de apropriação” (PLGII, 1989: 84), pois, ao enunciar-se, o locutor se apropria do aparelho formal que a língua disponibiliza e, a partir deste, configura o aparelho formal da enunciação.

Para compreendermos melhor o fenômeno, ato ou processo de enunciação, é fundamental que mencionemos as reflexões de Flores no artigo *O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística* (2010). Segundo ele, considerando que a análise enunciativa busca o sentido de conjunto do discurso, pode-se afirmar que “a Enunciação não é um nível de análise, mas um ponto de vista – o do sentido (ideia) – sobre os níveis. A Enunciação é transversal à língua, ela não se encerra em um único compartimento, ela está em todos os níveis”. (Flores, 2010: 46). Qualquer fenômeno linguístico, pertencente a qualquer nível, pode ser estudado dentro de uma perspectiva enunciativa. Flores afirma que, na Enunciação, os níveis da análise linguística se inter-relacionam de forma singular, o que Benveniste chama de *ideia*. Flores denomina esse mecanismo de engendramento entre os níveis de *transversalidade enunciativa*, assim definida por ele: “A transversalidade enunciativa é o nome que damos à diferença que há entre pensar a língua como uma organização cujos níveis se apresentam como ‘camadas’ sobrepostas e pensá-la como um todo que é atravessado pelas marcas da Enunciação.” (Flores, 2010: 52, grifo do autor).

Consideramos que, num estudo de gramática sob o viés da Teoria da Enunciação, esse esclarecimento é muito pertinente. Nosso ponto de vista da análise será o da Enunciação, portanto leva em conta o sentido. Esse ponto de vista deverá incidir sobre a unidade textual,

em nível global e, relacionado a este, sobre os níveis linguísticos inferiores e sobre as inter-relações entre tais níveis e entre estes e a unidade textual. Em todos esses níveis, buscar-se-ão os rastros deixados pelo sujeito locutor ao fazer uso da língua. Tais rastros são os *índices específicos* e os *procedimentos acessórios*, a serem detalhados a seguir.

2.3.2 ÍNDICES ESPECÍFICOS E PROCEDIMENTOS ACESSÓRIOS

Benveniste afirma que os caracteres formais da enunciação “são, uns necessários e permanentes, os outros incidentais e ligados à particularidade do idioma escolhido”. (PLGII, 1989: 83). Conforme o autor, a posição de locutor, parâmetro nas condições requeridas pela enunciação, é expressa por meio de *índices específicos* e de *procedimentos acessórios*: “O locutor se apropria do aparelho formal da língua e enuncia sua posição de locutor por meio de índices específicos, de um lado, e por meio de procedimentos acessórios, de outro.” (PLGII, 1989: 84).

Antes de buscarmos explicitar quais são os índices específicos e os procedimentos acessórios propostos por Benveniste, é preciso que analisemos as palavras empregadas pelo autor nesta citação. Em primeiro lugar, é preciso destacar que “o locutor se apropria do aparelho formal da língua”. Isso quer dizer que o locutor, ao enunciar, recorre à língua, ao sistema linguístico, no qual estão as formas de que se valerá, organizando-as a fim de produzir sentidos. Portanto, o aparelho formal da enunciação é configurado a partir do aparelho formal da língua, renovando-se a cada instância enunciativa.

Em segundo lugar, é preciso que nos debruçemos sobre as expressões “índices específicos” e “procedimentos acessórios”. Fábio Aresi, no artigo *Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação* (2011), chama atenção para a diferença conceitual existente entre os substantivos “índices” e “procedimentos”: associa o termo “índices” ao substantivo “indicadores” e ao verbo “indicar”, utilizados em vários artigos de Benveniste. Aresi explica que o termo “índice” está relacionado à noção de elemento formal que aponta para a subjetividade na linguagem. Quanto ao termo “procedimento”, esse autor esclarece que remete à ideia de processo, de modo de organização das unidades da língua, isto é, à sintagmatização.

Consideramos relevante também analisar os adjetivos que acompanham os núcleos dos sintagmas nominais: “específicos” e “acessórios”. O primeiro adjetivo remete à noção de ser próprio ou exclusivo da língua para a expressão da subjetividade. O segundo adjetivo, à primeira vista, pode denotar menor importância do que o primeiro, por remeter à ideia de algo

não fundamental, secundário. No entanto, parece-nos que, para Benveniste, esses procedimentos, que se acrescentam ao uso de índices específicos, sendo, pois, suplementares, são os principais responsáveis pela produção de sentidos na língua em funcionamento. Pensamos que, se os índices específicos servem para identificar ou apontar para as pessoas do discurso (*eu-tu*) e para a situação em que o ato se realiza (*aqui-agora*), são os procedimentos acessórios – o processo de sintagmatização empreendido pelo locutor – que promovem a semantização, a “significação intentada”, conforme Benveniste.

Os primeiros índices específicos (jogo de formas específicas) citados por ele são os índices de pessoa (relação *eu-tu*), que se produzem na e pela enunciação: *eu* é a pessoa de que emana a enunciação e *tu* a pessoa a quem este se dirige. Além dessas formas, cita também os *índices de ostensão*, como pronomes demonstrativos (*este, esta, estes, estas, isto*) e advérbios e locuções adverbiais (*aqui, aí, neste lugar...*). Tais pronomes e advérbios aparecem “como uma classe de ‘indivíduos linguísticos’, de formas que enviam sempre e somente a ‘indivíduos’, quer se trate de pessoas, de momentos, de lugares, por oposição aos termos nominais, que enviam sempre e somente a conceitos”. (PLGII, 1989: 85, grifos do autor). Benveniste explica que esses índices são concebidos na enunciação e, toda vez que são produzidos, remetem a algo novo.

O linguista também menciona o paradigma das formas temporais, que são determinadas em relação a *ego*, elemento nuclear da enunciação. Segundo ele, “os ‘tempos’ verbais, cuja forma axial, o ‘presente’, coincide com o momento da enunciação, fazem parte deste aparelho necessário”. (PLGII, 1989: 85, grifos do autor). Ele explica que a temporalidade é engendrada pela enunciação, da qual provém a categoria do presente e, em relação a este, situam-se as outras categorias: passado (retrospecção) e futuro (prospecção).

Ao lado dessas formas, cuja existência é promovida pela enunciação, Benveniste cita as grandes funções sintáticas de que dispõe o locutor para agir sobre o alocutário. São elas a interrogação, a intimação e a asserção. A primeira consiste numa enunciação que visa suscitar uma resposta, uma enunciação de retorno, convocando o alocutário a responder. A segunda, representada pelos atos de fala da ordem, do apelo, da advertência, do pedido, implica uma relação viva e imediata do locutor com seu interlocutor. A terceira tem por função exprimir uma certeza, constituindo uma manifestação da presença do locutor em seu discurso. Esse aparelho de funções sintáticas corresponde às três modalidades apresentadas por Benveniste em *Os níveis da análise linguística* ao abordar a frase como predicação – interrogativa, imperativa e assertiva –, as quais, segundo ele, correspondem às atitudes de que se serve o locutor para se comunicar com o alocutário.

Benveniste acrescenta que as modalidades formais em geral fazem parte desse aparelho de funções, tais como as modalidades epistêmica, deôntica e volitiva, que podem ser marcadas linguisticamente pelo modo verbal (indicativo, imperativo, subjuntivo), por verbos auxiliares, por advérbios ou locuções adverbiais, por adjetivos, por substantivos.

Com base nas reflexões que os pressupostos teóricos aqui apresentados suscitam, podemos concluir que a língua como sistema disponibiliza, além de signos – que têm sentido genérico, conceptual –, uma sintaxe, que prevê regras a serem seguidas. No entanto, considerando que todo enunciado emana de um locutor que, num uso instanciado, reúne, dentro do repertório disponibilizado pela língua, aqueles recursos que melhor expressam o sentido que deseja expressar – organizando-os sintagmaticamente – temos de falar em uma sintaxe particular, a da enunciação. Na língua-discurso, que, em nossa concepção, deveria ser o objeto de estudo da gramática na escola, convivem a estabilidade e a instabilidade linguísticas, esta última devido à interferência do sujeito enunciador, o qual não pode jamais ser anulado.

3. METODOLOGIA DE ANÁLISE

Como já afirmamos, nosso objeto de análise é um artigo de opinião, no qual observamos a gramática – as marcas deixadas pelo locutor em sua relação com a língua. Flores (2001: 59), ao se referir ao método e ao *corpus* em *linguística da enunciação*, esclarece: “A *linguística da enunciação* toma para si não apenas o estudo das marcas formais no enunciado, mas refere-as ao processo de sua produção: ao sujeito, tempo e espaço”.

Assim, o *corpus* do breve estudo que ora desenvolvemos não é constituído de “dados”, mas de fatos linguísticos a serem analisados à luz da Teoria da Enunciação de vertente benvenistiana, o que vai ao encontro do que propõe Flores (2001: 59): “[...] não se trata de algo ‘dado’ enquanto evidência, mas do produto de um construto teórico”.

A análise do artigo de opinião representa uma pequena mostra de como se pode contemplar a gramática em sala de aula, relacionando forma e sentido. Ancorados nos pressupostos teóricos explicitados, pretendemos mostrar que, se todo discurso emana de um locutor, que nele deixa suas marcas, a forma (sintagmatização) está a serviço do sentido (semantização). Seguiremos o percurso metodológico apontado por Benveniste em *O aparelho formal da enunciação*: contemplaremos (1) o ato enunciativo, em que figuram um *eu* e um *tu*, numa relação intersubjetiva; (2) a situação em que se realiza esse ato, que implica um aqui-agora e a criação de referência; e (3) os instrumentos linguísticos mediante os quais o

locutor se enuncia. Ao contemplarmos os instrumentos linguísticos, daremos especial atenção às microssintagmatizações (relações entre os constituintes da palavra e do período) e às macrossintagmatizações (relações entre sequências textuais maiores), observando a relação entre os planos analítico e global. Se a gramática, na concepção aqui adotada, está estreitamente ligada ao sentido, não podemos perder de vista essa relação.

Passamos, a seguir, à análise do texto “(In)segurança pública”, na qual buscamos mostrar o papel da gramática na produção de sentidos.

4. UMA PROPOSTA DE ANÁLISE LINGUÍSTICA

(In)segurança pública*

Tiago Boff**

1 É trivial. É chato. É óbvio. E, o pior, vai acontecer com você. Há quem diga que
2 toda unanimidade é burra, mas algumas verdades são absolutas: morador do Rio Grande
3 do Sul vai sofrer na mão da criminalidade.

4 Na última semana, recebi em minha casa, no bairro Santana, um amigo. Era cedo
5 – 18h para mim é cedo, mas, pelo jeito, não há horário para ser roubado. Uma subida no
6 apartamento da Rua São Manoel e, 20 minutos depois, o resultado: vidro quebrado e um
7 artigo raro, o extintor ABC, passa às mãos do gatuno. Agora, imaginem o
8 constrangimento desta dupla: o proprietário do veículo acionou o seguro há um mês.
9 Motivo? Vidro quebrado na Rua São Manoel. Sim, senhoras e senhores. Ele teve o carro
10 atacado duas vezes, no mesmo lugar, em um período de 30 dias. Ilusoriamente,
11 imaginamos que a presença do porteiro do prédio poderia inibir, que a iluminação
12 deveria proteger. Só que não.

13 Ao ler os jornais e ouvir as autoridades, eu imagino que eu esteja mesmo em um
14 inferno astral. Porque não há crise. A Brigada faz operação-padrão, reduz o efetivo nas
15 ruas, evita sair com viaturas com licenciamento atrasado e fardamento não adquirido
16 pelos recursos do Estado. Mas o governador pede que “peguemos leve” e afirma que “as
17 coisas estão caminhando bem”. Ele não deve estacionar na São Manoel. Os salários
18 parcelados dos servidores não mostram isso, senhor José Ivo Sartori.

19 Os saudosos extintores, que antes habitavam o canto inferior direito de nossos
20 carros, não estão mais lá. A violência se espalha de tal forma que um pai precisa chorar a
21 morte do filho em uma festa que pretendia angariar fundos para uma turma de escola.
22 Morador de Charqueadas, ele disse a Zero Hora que viajava diariamente à Capital porque
23 “tinha medo de morar em uma cidade violenta”. O adolescente, de 17 anos, foi agredido
24 e sangrou até a morte no banco de trás do carro do pobre pai. Ele, que combinava de
25 buscar o garoto, o monitorava por telefone, para protegê-lo, hoje se crucifica por não ter
26 dado proteção. Mas não é o senhor que deve salvá-lo. Não na rua, não em um passeio
27 público.

28 O direito à vida, a ter um carro, a celebrar em uma casa noturna nos foi retirado.
29 Enquanto isso, o filho do secretário da segurança é novamente selecionado para um
30 cargo público. Não há o que não haja. Tiririca diria que não adianta chamar o Batman.
31 Nem que nos Robin (sic).

*Artigo publicado no Jornal Zero Hora, em 08 ago. 2015. Disponível em <http://wp.clicrbs.com.br/opiniaozh/2015/08/08/artigo-inseguranca-publica-2/>. Acesso em

11 ago. 2015.

** Produtor executivo da Rádio Gaúcha.

No ato enunciativo do qual resulta esse texto, implicam-se um “eu” que expõe seu ponto de vista a um “tu” a respeito do mundo (ele = não pessoa). O locutor visa a agir sobre o alocutário, a fim de levá-lo a partilhar a referência que constrói quando se enuncia: a insegurança pública no Rio Grande do Sul.

Pode-se perceber a presença da subjetividade já no título do artigo de opinião – “(In)segurança pública” –, pois, mediante o emprego do prefixo “in-”, entre parênteses, o qual dá ideia de negação ou de privação, o locutor modifica o sentido da palavra, demonstrando, com essa microssintagmatização, seu descontentamento com o descaso do poder público em relação à segurança em nosso estado.

Alguns índices específicos marcam linguisticamente a presença do locutor em seu discurso: verbo flexionado na primeira pessoa do singular, pronome possessivo, pronome oblíquo e pronome pessoal reto, como se verifica nas sequências textuais a seguir.

Na última semana, **recebi**, em **minha** casa, no bairro Santana, um amigo. (linha 4).
Era cedo – 18h para **mim** é cedo, mas, pelo jeito, não há horário para ser roubado. (linhas 4-5).
Ao ler os jornais e ouvir as autoridades, **eu** imagino que **eu** esteja mesmo em um inferno astral. (linhas 13-14).

O alocutário é um “tu” que tem interesse na temática abordada e que deseja conhecer a opinião do locutor a respeito do problema enfocado. Observam-se, no texto, índices específicos que apontam para os leitores, como o pronome de tratamento “você” (linha 1), a elipse do pronome “vocês” (linha 7) e o vocativo “senhoras e senhores” (linha 9). Cabe destacar também que o vocativo “senhor José Ivo Sartori” (linha 18) instaura, no discurso, um alocutário específico, o governador do Rio Grande do Sul. O pronome de tratamento “o senhor” (linha 26) instala, no discurso, outro alocutário específico, o pai do adolescente assassinado. Esses índices específicos revelam a intersubjetividade constitutiva de toda enunciação.

É trivial. É chato. É óbvio. E, o pior, vai acontecer com **você**. (linha 1).
Agora, **imaginem** [vocês] o constrangimento desta dupla. (linhas 7-8)
Sim, **senhoras e senhores**. (linha 9)
Os salários parcelados dos servidores não mostram isso, **senhor José Ivo Sartori**. (linhas 17-18).

Com a utilização da elipse do pronome pessoal “nós” (linhas 11 e 16), com o pronome possessivo “nossos” (linha 19) e mediante o emprego do pronome oblíquo “nos” (linhas 28 e

31), o locutor demonstra comunhão com seu alocutário, evidenciando que a insegurança é uma realidade vivenciada por todos os gaúchos.

Ilusoriamente, **imaginamos** que a presença do porteiro do prédio poderia inibir, que a iluminação deveria proteger. (linhas 10-12).

Mas o governador pede que “**peguemos** leve”. (linha 16).

Os saudosos extintores, que antes habitavam o canto inferior direito de **nossos** carros, não estão mais lá. (linhas 19-20).

O direito à vida, a ter um carro, a celebrar em uma casa noturna **nos** foi retirado. (linha 28).

Nem que **nos** Robin (sic). (linha 31).

Outra marca de intersubjetividade é a indagação que o locutor faz na linha 9: “Motivo?”. Ao lançar esse questionamento, é como se o locutor antecipasse uma possível interrogação do alocutário a respeito do motivo que levou o proprietário do carro a acionar o seguro há um mês. Assim, o sujeito que advém da enunciação revela-se indignado com o fato de o dono do veículo ter de acionar o seguro em um curto espaço de tempo, por ter o carro atacado duas vezes, no mesmo local.

A referência é criada pelo locutor no momento da enunciação, pois ele apresenta, sob sua ótica, a questão da falta de segurança que ameaça a população gaúcha e visa a partilhá-la com o alocutário. Embora a referência seja um estado de coisas que provoca a enunciação, esse estado de coisas é filtrado pelo locutor, não sendo, pois, uma referência direta à realidade objetiva, mas ao “mundo” do locutor. Para apresentar esse mundo, ele se utiliza de exemplos de situações de criminalidade vivenciadas por ele e por outros cidadãos gaúchos, a fim de comprovar a falta de segurança pública no Estado, relacionando-a a diferentes espaços sociais.

O tempo linguístico é marcado no texto pelo emprego de formas verbais no presente do indicativo, evidenciando, assim, o presente axial do discurso, tempo inerente à língua. Alguns verbos que demonstram isso são: “é” (linha 1), “imagino” (linha 13), “faz” (linha 14), “reduz” (linha 14), “evita” (linha 15), “mostram” (linha 18), “espalha” (linha 20) e “crucifica” (linha 25). Os adjuntos adverbiais “na última semana” (linha 4), “há um mês” (linha 8) e “hoje” (linha 25) também expressam o tempo linguístico. As locuções adverbiais referem-se a um tempo anterior ao momento em que se instancia o discurso, ao passo que o advérbio “hoje” indica concomitância com o momento da enunciação, embora implique um tempo ampliado, mais longo que o fugaz momento da enunciação.

Quanto ao espaço da enunciação, cabe esclarecer que, por ser uma enunciação escrita, esse espaço não é o mesmo para locutor e alocutário, porque o artigo de opinião foi produzido em um local pelo locutor, e o alocutário faz a leitura em um local diferente. Pode-se afirmar

que não há a presença de índices específicos que apontem para o espaço linguístico, lugar do ato enunciativo, porém os adjuntos adverbiais “no bairro Santana” (linha 4) e “na São Manoel” (linha 17) e o adjunto adnominal “da Rua São Manoel” (linha 6) são locativos que circunscrevem a referência criada pelo locutor a determinados espaços físicos.

Analizados, brevemente, o quadro figurativo da enunciação e a situação em que esta se realiza, dirigimos, agora, o olhar para os instrumentos linguísticos, para a gramática, na concepção aqui adotada. Para fazermos menção a esses instrumentos, valemo-nos da metalinguagem da gramática tradicional, mas nosso foco será a relação forma-sentido.

Inicialmente, é importante observar o uso de tempos verbais. Esse estudo, quando realizado numa concepção meramente normativa, preocupa-se com as formas corretas dos diferentes tempos e modos, sem, muitas vezes, refletir sobre o sentido que tais formas promovem na língua em funcionamento. A maioria das ocorrências de presente do indicativo expressam concomitância com o momento da enunciação, embora algumas delas (“é” – linhas 1, 2 e 5; “são” – linha 2; “há” – linhas 5, 14 e 30; “espalha” – linha 20) impliquem um presente mais amplo que a fugaz instância enunciativa ou certa atemporalidade. Ao narrar fatos que comprovam a falta de segurança pública, o locutor faz uso do pretérito perfeito (“recebi” – linha 4; “acionou” – linha 8; “foi agredido” – linha 23; “sangrou” – linha 24), que indica fatos consumados antes do ato enunciativo. Para presentificar (trazer à cena enunciativa) um fato que teve lugar num passado recente, o locutor vale-se do presente do indicativo (“passa” – linha 7) em lugar do pretérito. Cabe observar, ainda, que os verbos de elocução “pede” e “afirma” (linha 16), cuja função é explicitar as ações linguísticas empreendidas pelo Governador em seu discurso, também estão flexionados no presente do indicativo, que traz esses atos de fala pretéritos para o momento da enunciação. O pretérito imperfeito (“habitavam” – linha 19; “viajava” – linha 22; “combinava” – linha 24; “monitorava” – linha 25) é empregado pelo locutor quando descreve fatos ou ações habituais situados antes do momento da enunciação.

Para fazer prospecções, o locutor faz uso de perífrases verbais (“vai acontecer” – linha 1 e “vai sofrer” – linha 3). É importante sublinhar que, nesse futuro composto, o verbo auxiliar “vai” distancia-se de seu significado genérico como signo quando se converte em palavra no discurso, atualizando-se, na convivência com o verbo principal. Na sintagmatização empreendida pelo locutor, esse verbo auxiliar assume o sentido de futuridade. Além disso, tais perífrases constituem marcas de modalização epistêmica asseverativa, indicando que os fatos expostos representam previsões categóricas.

O verbo auxiliar “deve” (linha 17) é um modalizador epistêmico mediante o qual o locutor expressa seu grau de engajamento com aquilo que enuncia. Ao empregar esse recurso linguístico, ele mostra a probabilidade de que o Governador do Estado não estaciona seu carro na Rua São Manoel, que é tida como um local inseguro, por afirmar que está tudo bem e que não está havendo problemas com a segurança no Rio Grande do Sul. Já na linha 26, o mesmo verbo auxiliar assume outro sentido: o de obrigatoriedade, dever ou responsabilidade. O locutor, nesse caso, nega que a obrigação ou responsabilidade de salvar o adolescente, quando este se encontra fora do lar, seja do pai. Esses sentidos diferentes que assume o mesmo verbo auxiliar, na sintagmatização promovida pelo locutor, ratifica a afirmação de Benveniste de que a palavra, na língua-discurso, retém somente uma pequena parte do significado genérico que possuía enquanto signo, no domínio semiótico.

Olhemos agora para alguns adjuntos adverbiais que, segundo a gramática tradicional, indicam circunstâncias acessórias. No estudo de gramática numa perspectiva enunciativa, é preciso deixar claro que, embora o adjunto adverbial seja acessório estruturalmente, quando se trata de semântica, ele não é acessório. Os adjuntos adverbiais de lugar (“no mesmo lugar” – linha 10) e de tempo (“em um período de 30 dias” – linha 10) são fundamentais na argumentação desenvolvida pelo locutor: mediante o uso desses instrumentos linguísticos, o locutor mostra quão recorrentes são as ações criminosas, o que sustenta a tese de que os gaúchos estão desassistidos diante da criminalidade que assola o estado. Da mesma forma, o adjunto adverbial “ilusoriamente” (linha 10) não é semanticamente acessório, pois, por meio dele, o locutor se inscreve em seu discurso, expressando uma valoração negativa diante da crença de que a presença do porteiro do prédio e a iluminação da rua intimidariam a ação dos ladrões. Esse adjunto adverbial evidencia que essa percepção não condiz com a realidade. É preciso acrescentar que o lexema verbal “imaginamos” (linha 11) tem relação com a ideia de ilusão, pois situa-se no domínio da crença, da suposição. Os verbos auxiliares “poderia” (linha 11) e “deveria” (linha 12), flexionados no futuro do pretérito, também indicam que a inibição dos criminosos e a proteção dos cidadãos são fatos improváveis, que não se concretizam.

A organização sintática de algumas frases também é relevante para a produção de sentidos. As três primeiras frases têm a mesma estrutura: verbo de ligação “é” + predicativo. Por meio dos adjetivos “trivial”, “chato” e “óbvio” (linha 1), o locutor evidencia um juízo de valor negativo em relação à falta de segurança em que se encontra a sociedade do Rio Grande do Sul. Com o uso do adjetivo “trivial”, o locutor explicita que a insegurança no Estado já se tornou algo comum e corriqueiro; com o adjetivo “chato”, ele evidencia seu desagrado com a situação de insegurança, que causa aborrecimentos e constrangimentos ao cidadão; mediante

o adjetivo “óbvio”, demonstra que a criminalidade salta à vista da população, tamanha a ousadia dos criminosos, imprimindo uma marca de assertividade a sua enunciação. O fato de essa enumeração de predicativos ser apresentada em períodos isolados, com a repetição do verbo “ser”, atribui maior relevo a cada um dos predicativos, tornando o dizer do locutor mais candente.

Outra estrutura frasal que merece ser contemplada é “Só que não” (linha 12). Conforme os preceitos tradicionais, essa frase seria vista como fragmentada – uma vez que lhe faltam os termos essenciais da oração –, além de somente ser aceita em variedades linguísticas informais, mais especificamente no registro oral. Nesse texto, porém, ela cumpre um papel importante: por meio dela, o locutor nega, de forma incisiva, a suposição de que a presença do porteiro do prédio e a iluminação pública inibiriam a ação dos criminosos e protegeriam o cidadão. Além disso, com o uso de uma expressão informal, própria da oralidade, o locutor aproxima-se do alocutário, como se a interação verbal fosse face a face.

As frases “Porque não há crise” (linha 14), “Não na rua, não em um passeio público” (linhas 26-27), e “Nem que nos Robin (sic)” (linha 31) também seriam consideradas fragmentadas pela gramática normativa. Como professores de língua materna, diríamos a nossos alunos que essas frases apresentam problemas de construção? Se levarmos em conta a relação forma-sentido, a resposta é “não”. Novamente, o uso desses sintagmas como frases independentes põe em destaque ideias relevantes no discurso.

Na primeira frase, o locutor apresenta, de forma irônica, uma possível justificativa para o fato de que ele esteja num inferno astral (período de azar) devido aos assaltos a carros na rua em que reside. A explicação “Porque não há crise”, apresentada como frase isolada, permite que o locutor deixe claro ao alocutário que essa afirmação é feita pelo poder público, posição que ele refuta no decorrer de sua argumentação. Na segunda frase, o locutor enfatiza uma restrição ou circunscrição: o pai do adolescente morto não tinha a obrigação de salvar o filho quando este se encontrava no passeio público, espaço em que essa responsabilidade é da Secretaria de Segurança Pública, na figura de policiais civis e militares. Na terceira frase, uma oração adverbial concessiva é apresentada de forma isolada, pois essa concessão tem um papel importante no discurso. De forma espirituosa, o locutor traz um possível comentário de Tiririca (comediante e político) diante de tanta criminalidade: o fato de nos roubarem deveria ser forte o suficiente para que Batman (aqueles que teriam o poder de coibir a criminalidade) intervenha; no entanto, esse pedido de socorro é inútil.

No que tange à pontuação, vale observar que, embora tais regras sejam, em grande parte, relacionadas à sintaxe, como professores de Língua Portuguesa, cumpre-nos também

refletir com os alunos sobre os efeitos de sentido promovidos pelo uso de determinados sinais de pontuação. Focalizemos, primeiramente, o uso de dois pontos (linhas 2, 6 e 8). Nas três ocorrências, o locutor introduz, após os dois pontos, uma revelação (ideia ou fato novo, desconhecido pelo alocutário): “morador do Rio Grande vai sofrer na mão da criminalidade” (linhas 2-3); “vidro quebrado e um artigo raro, o extintor ABC, passa às mãos do gatuno” (linhas 6-7); “o proprietário do veículo acionou o seguro há um mês” (linha 8). É como se abrisse a cortina para desfazer o suspense. Ao fazer uso do travessão (linha 5), o locutor interrompe o discurso, inscrevendo-se nele. Esse sinal de pontuação dá realce a um aparte do locutor (“18h para mim é cedo, mas, pelo jeito, não há horário para ser roubado”), de modo que atrairá a atenção do alocutário. O relevo atribuído ao comentário do autor justifica-se na medida em que tal comentário contribui para embasar a tese de que a criminalidade está disseminada, ocorrendo a qualquer hora e em qualquer lugar. Pensamos que, se nosso propósito, como professores, é desenvolver a competência comunicativa dos alunos, temos de chamar atenção para os sentidos produzidos pelo uso de determinados sinais de pontuação, não nos restringindo somente à assimilação das regras que norteiam esse uso na modalidade de língua culta.

A sintagmatização “Não há o que não haja” (linha 30) também traz à tona a subjetividade constitutiva do ato enunciativo. O uso dessa asserção evidencia o forte grau de engajamento do locutor em relação a seu discurso. Por meio dessa sintagmatização, o locutor expressa a certeza de que tudo é passível de existir, mesmo aquilo de que duvidamos. Ele exprime esse desabafo após afirmar, com base nos fatos narrados, que, enquanto nosso direito à vida, a ter um carro, a celebrar em uma casa noturna nos foi negado, os políticos e seus apadrinhados fazem o que lhes convém, para satisfazer os próprios interesses.

A breve análise do artigo de opinião empreendida neste artigo mostra que, por meio de índices específicos e, principalmente, de procedimentos acessórios (micro e macrossintagmatizações), o locutor promove sentidos e coonstrói a referência com o alocutário. Por meio desses instrumentos linguísticos, o locutor visa a agir sobre o alocutário, levando-o a partilhar sua tese de que os cidadãos gaúchos são reféns da criminalidade enquanto o poder público finge que está tudo bem.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao encerrarmos este artigo, tecemos algumas considerações sobre as quais, segundo nossa opinião, o professor de língua materna deveria refletir:

a) uma análise linguística, sob o viés enunciativo, ao conceber forma e sentido como noções imbricadas, pode contribuir para o desenvolvimento da competência comunicativa dos alunos;

b) como a referência é única, construída em cada enunciação, não podemos atrelar a análise linguística apenas às categorizações presentes na gramática tradicional, uma vez que podem ocorrer subversões ou desconstruções, na sintagmatização empreendida pelo locutor;

c) a intersubjetividade é constitutiva de toda enunciação, pois, toda vez que o locutor se enuncia, ele instaura diante de si um alocutário;

d) mesmo quando fala do mundo, o locutor não replica a realidade objetiva, mas re-produz (produz de novo) essa realidade, apresentando-a sob sua ótica;

e) quando a língua se converte em discurso, os signos se transformam em palavras, que assumem um sentido singular, podendo distanciar-se de seu significado virtual;

f) à luz da Teoria da Enunciação de Benveniste, o termo “gramática” deve assumir uma nova concepção: organização linguística promovida pelo locutor com vistas à produção de sentidos;

g) adotando essa concepção de gramática, o professor de língua materna promoverá uma bela experiência humana com a linguagem em sala de aula, a qual levará o aluno a compreender a pertinência do estudo de gramática;

h) o estudo de gramática nessa perspectiva possibilita concluir, a partir da célebre afirmação de Benveniste de que “a linguagem serve para viver” (PLGII: 222), que *a gramática serve para viver*.

REFERÊNCIAS

1. ARESI, Fábio. Os índices específicos e os procedimentos acessórios da enunciação. *ReVEL*, v. 9, n. 16, mar. 2011.
2. BENVENISTE, Émile. A forma e o sentido na linguagem. In: _____. *Problemas de linguística geral II*, Campinas: Pontes, 1989, p. 220-242.
3. _____. O aparelho formal da enunciação. In: _____. *Problemas de linguística geral II*, Campinas: Pontes, 1989, p. 81-90.
4. _____. Os níveis da análise linguística. In: _____. *Problemas de linguística geral I*. 5.ed. Campinas: Pontes, 2005, p. 127-140.

5. _____. *Problèmes de linguistique générale, I*. Paris: Gallimard, 1966.
6. _____. *Problèmes de linguistique générale, 2*. Paris: Gallimard, 1974.
7. DESSONS, Gérard. *Émile Benveniste, l'invention du discours*. Paris: Éditions in Press, 2006.
8. Dictionnaire Larousse. Disponível em <http://www.larousse.fr/dictionnaires/francais/intenter>. Acesso em 13 maio 2011.
9. FLORES, Valdir do Nascimento. Princípios para a definição do objeto da lingüística da enunciação: uma introdução (primeira parte). *Letras de Hoje*, Porto Alegre, v. 36, n. 4, p. 7-67, dez. 2001.
10. _____. *Sujeito da enunciação e o esboço de uma reflexão sobre singularidade enunciativa*. Tese (Pós-Doutorado em Linguística). Orientação de Claudine Normand. Université de Paris XII, Paris, 2008.
11. _____. O lugar metodológico da análise da enunciação em relação aos níveis da análise linguística. In: BATTISTI, Elisa; COLLISCHONN, Gisela. (Orgs.). *Língua e linguagem: perspectivas de investigação*. 1 ed., 2010, v. 1, p. 45-57.
12. _____. *Introdução à teoria enunciativa de Benveniste*. São Paulo: Parábola, 2013.
13. FLORES, Valdir et al. *Enunciação e gramática*. São Paulo: Contexto, 2008.
14. FREGE, Gottlob. Sobre o sentido e a referência. In: _____. *Lógica e filosofia da linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de Paulo Alcoforado. São Paulo: Cultrix/Ed. da USP, 1978.
15. MELLO, Vera Helena Dentee de. *A sintagmatização-semantização: uma proposta de análise de texto*. 2012. 145f. Tese (Doutorado em Letras) – Instituto de Letras, Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Porto Alegre, 2012.
16. MELLO, Vera Helena Dentee de; FLORES, Valdir do Nascimento. Enunciação, texto, gramática e ensino de língua materna. *Ciências & Letras*, Porto Alegre, n. 45, p. 193-218, jan./jun. 2009.
17. NORMAND, Claudine. *Convite à linguística*. FLORES, Valdir do Nascimento; BARBISAN, Leci Borges (Orgs.). São Paulo: Contexto, 2009.
18. ONO, Aya. *La notion d'enonciation chez Émile Benveniste*. Limoges: Lambert-Lucas, 2007.

ABSTRACT: This article presents a proposal of grammar study that takes into account the existing relation between form and meaning. The object of analysis is an opinion article published in the newspaper Zero Hora, in which the linguistic resources and the syntactic arrangement (syntagmatization) used by the speaker will be contemplated when it comes to the production of meanings (semantization). The theoretical basis that supports the analysis is the Theory of Enunciation, by Émile Benveniste, according to which the speaker, when enunciating himself, makes use of the formal device of the language and configures the formal device of enunciation, singular in each discursive instance. The formal device of enunciation consists of specific indexes and of accessory procedures, by means of which the speaker inscribes himself in his speech. The proposed exercise of analysis allows to conclude that a pertinent study of grammar in the student's life must be carried through by the bias of meaning, closely related to the form.

Key-words: enunciation; intersubjectivity; grammar; syntagmatization-semantization.